

# Projetos buscam facilitar recarga de carros elétricos no RS

## Proposições de lei viabilizam instalação de carregadores em prédios e condomínios

/ MOBILIDADE

Joaquim Porto  
 joaquimp@jcrs.com.br

Com maior popularização desde 2020, os carros eletrificados já são uma realidade no País e, segundo dados da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE), o market share (porcentagem das vendas, receita ou volume total de um setor) desse tipo de automóvel chegou a 16,2% em abril deste ano, maior taxa percentual encontrada até hoje. Apoiado nisso, alguns projetos de leis (PLs) estão tramitando para sanar dúvidas que surgem, principalmente na questão da recarga dos carros.

Um dos projetos é apresentado na Câmara Municipal de Porto Alegre, pelo vereador Jessé Sangalli (PL), que diz se inspirar na proposta sancionada por Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo. Em coautoria com Hamilton Sossmeier (PODE), a ideia é assegurar ao condômino o direito à instalação de estação de recarga individual para veículos elétricos em vagas de garagem privativas de edificações residenciais e comerciais na Capital.

Conforme Sangalli, “a eletrificação está vindo para ficar. Quem anda de carro elétrico percebe que é algo que é definitivo. Então, é importante que as cidades estejam preparadas para lidar com essa mudança tecnológica”. Ainda segundo ele, o projeto basicamente

disciplina algo que não deveria ser necessário fazer, dar a possibilidade de instalação de carregadores nos condomínios.

“É comum os síndicos, por receio, e por não ter explicitamente dentro do estatuto do condomínio, a autorização para colocar e, quando questionados, por resposta automática, e de, segurança jurídica deles próprios, tendem a dizer que não está previsto no estatuto, logo não pode. Esse comportamento, que é uma segurança que ele tem de não fazer nada fora da regra limita a eletrificação dos veículos no País”, acredita o vereador.

Na série histórica de veículos leves eletrificados no Brasil, retratada pela ABVE, abril de 2026 foi o período com maior movimentação no segmento, com 38.516 transações oficiais. Esse aumento representa 8,94% a mais que o mês anterior e um crescimento de 160,97% em comparação a abril de 2025.

Em resumo, a lei busca criar uma ferramenta para que o proprietário do apartamento tenha o direito a instalar um equipamento de carregamento em sua vaga ou garagem. Só poderá ser instalado caso o aparelho não venha a comprometer a segurança do prédio, mas, caso negado de maneira infundada ou infundamentada, o titular poderá seguir a lei.

O projeto apresentado pelo vereador não visa estabelecer como seria realizado o pagamento das contas, porém, Sangalli acredita



Eletropostos de carregamento público já são oferecidos aos usuários, como na Praça da Encol, na Capital

que deva existir a individualização da cobrança de energia elétrica para o beneficiado.

Em paralelo a isso, há o projeto que o deputado estadual Thiago Duarte (PDT) protocolou na Assembleia Legislativa do Estado. A ementa dispõe sobre o direito à instalação de estação de recarga individual para veículos elétricos em edificações residenciais e comerciais no Rio Grande do Sul e dá outras providências.

De acordo com Duarte, a cada 10 veículos vendidos no Estado, quatro são elétricos. “O fator limitador é a questão do carregamento do veículo. E esse momento aponta para um momento de maior sustentabilidade”. Para ele, é muito importante, “poder dar condições para que os veículos elétricos possam ocupar cada vez mais um lugar de destaque, por isso o projeto se torna fulcral”.

O projeto do deputado cita que, para métodos de pagamento, há duas possibilidades: uma modalidade na vaga do morador do condomínio, individualizando a conta, ou, na vaga comum, isso pode acontecer em alguns condomínios onde há anuência. Caso ocorra, o sistema de cobrança, também deve ser particularizado, de forma escolhida pelos condôminos.

## Condomínios se preparam para implantação de carregadores

Hoje, já é possível a instalação dos carregadores, porém, com uma série de processos a serem realizados. O síndico predial necessita levar o tema para a assembleia, isso porque é obrigatória a aprovação de um pré-projeto específico para o condomínio.

Na assembleia, inicialmente, o síndico deve levar a especificação elétrica para haver a distribuição de eletrocalhas e eletrodutos. Também é exigida a busca de um profissional técnico adequado.

Na avaliação de Raul Tartarotti, síndico profissional, é importante, em um primeiro momento, chamar um engenheiro elétrico, eletrônico ou uma empresa que entenda do assunto para uma avaliação e após, retornar à assembleia.

O gestor predial sugere que o morador que instalou, depois de aprovado o processo, carregue seu veículo à noite, porque está sendo levado uma carga a mais para o apartamento. “No

relógio do morador será colocado um outro disjuntor para o carregador, ligado após o seu próprio disjuntor e, não em paralelo, junto com o relógio. Se fizer isso, ele vai sobrecarregar a carga do edifício”, informou.

Como forma de prevenção contra possíveis sinistros, Tartarotti indica três itens, mesmo não sendo obrigatório, são eles: um exaustor gigante, sprinkler (dissipador de água) e um extintor de nitrogênio específico para esse tipo de dano.

Paralelo a este cenário, Porto Alegre anunciou, no início deste mês, o primeiro eletroponto de recarga rápida público para carros elétricos do Brasil. Com a inauguração de três pontos de recarga na avenida 24 de Outubro - em frente à Igreja Auxiliadora; Parque Germânia - área interna/entorno; Praça da Encol - rua Jaraquá. A carga completa vai custar cerca de entre R\$ 60,00 e R\$ 120,00, pois a tarifa é de R\$ 1,99 por quilowatt (kW).

## Continente africano tem 139 mortes suspeitas em surtos de ebola

/ SAÚDE

A Organização Mundial da Saúde (OMS) contabiliza quase 600 casos suspeitos e 139 mortes suspeitas por ebola em surtos registrados na República Democrática do Congo e em Uganda. Oficialmente, 51 casos foram confirmados em duas províncias ao Norte do país, embora a própria OMS admi-

ta ter ciência de que a escala do surto na região é muito maior do que os números apontam.

Em Uganda, dois casos foram confirmados na capital Kampala, ambos em pessoas que haviam passado pela República Democrática do Congo. Um dos pacientes morreu pela doença e o outro, um norte-americano, foi transferido para a Alemanha.

Ontem, o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, alertou que vários fatores preocupam a entidade e podem fazer com que o número de casos e mortes por ebola aumente na região.

“Além dos casos confirmados, há quase 600 casos suspeitos e 139 mortes suspeitas. Esperamos que esses números continuem au-

mentando, considerando o tempo em que o vírus circulou antes que o surto fosse detectado”.

Tedros destacou que já há casos reportados da doença em diversas áreas urbanas, sobretudo do Congo, além de casos entre profissionais de saúde. Outro fator a ser levado em consideração, segundo ele, é o movimento significativo de pessoas na região.

Por fim, o diretor-geral ressaltou que ambos os surtos são causados pelo vírus Bundibugyo, que causa um tipo de ebola para o qual ainda não há vacina ou tratamento aprovados. “A OMS tem uma equipe no terreno apoiando as autoridades nacionais na resposta à crise. Deslocamos pessoal, suprimentos, equipamentos e recursos financeiros”, concluiu.

TÂNIA MEINERZ/JC